

TARCÍSIO HOLANDA

## O fantasma da intervenção

A tensa expectativa que chegou ao paroxismo, em Brasília, diante do conflito entre o presidente Sarney e a Assembléia Constituinte, foi mais cultivada pela paranóia que domina todos os espíritos traumatizados pela longa intervenção militar do que pela realidade dos fatos. A alta hierarquia militar, como os escalões intermediários, continua abominando a hipótese de nova intervenção no processo político, por considerações de ordem interna e de natureza internacional.

Brasília é uma cidade nervosa, que se habituou ao trauma dessa convivência da política com as artes da guerra. Mas não existe nada que autorize esse nervosismo, agora. Os chefes militares estão preocupados com as repercussões de certas decisões da Constituinte sobre a destinação histórica do País, mas não de modo a admitir qualquer tipo de intervenção não-convencional no processo.

O Presidente da República poderá ter querido dar a impressão de que, por trás de suas advertências ameaçadoras, estava o dedo da iminente presença militar no processo político. Porém, ficamos aí apenas na impressão. Os militares não estão dispostos a ir além do sapato. Trabalham, apenas, para conservar o tênue equilíbrio político justamente a fim de evitar o enfraquecimento do poder civil e a necessidade imperiosa de uma intervenção cirúrgica na ação política.

A preocupação maior é com a delicadeza da questão social, de um modo geral, e em

particular, nas próprias Forças Armadas, diante da corrosão do poder de compra dos assalariados, fator que contribui naturalmente para gerar inquietação e perplexidade nos quartéis. Não se cogita, no entanto, de qualquer envolvimento direto no processo político, ainda que haja a preocupação de acompanhar a sua precária evolução.

A intervenção só é admitida como ato heróico, à última instância e diante de uma ameaça de anarquia política e social. Assim mesmo, nessa hipótese, ela seria curta, a tempo apenas de convocar eleições gerais para que o povo tivesse a oportunidade de escolher facção majoritária capaz de comandar o reordenamento da vida nacional.

Está inteiramente afastada uma intervenção que se destinasse a perenizar a presença dos militares no processo político. Todos se consideram traumatizados com o envolvimento que tiveram as Forças Armadas no processo político, a partir de 1964.

Há preocupações com os efeitos devastadores que a corrosão inflacionária tem determinado sobre o nosso frágil tecido social. Teme-se que essa devastação possa provocar graves perturbações sociais dentro de um quadro político-partidário caótico e sob o reinado de um Governo fraco e notoriamente impopular. É preciso que fique claro que, se houver a intervenção, no caso externo, não aprofetará a ninguém, a curto prazo. Nem a Sarney, nem aos políticos, nem aos civis de um modo geral.

CORREIO BRAZILIENSE

82 JUL 1988